

MATRIZ DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Situação		Enquadramento/procedimento a ser realizado
LAP	1	Empreendimento em fase de planejamento – obras de instalação não iniciadas.
	2	Empreendimento em fase de planejamento, obras de instalação não iniciadas, sujeito a Estudo de Impacto Ambiental (EIA).
	3	Empreendimento em fase de preparação para instalação/construção, obras não iniciadas, detentor de LAP dentro do seu prazo de vigência, necessitando de maior prazo para providenciar documentação/projetos exigidos pelo INIS para instruir o processo de LAI.
	4	Empreendimento em fase de preparação para instalação/construção, obras não iniciadas, detentor de LAP vencida, sem ter protocolado requerimento de sua prorrogação, ou LAP com 5 anos (prazo máximo).
	5	Empreendimento em fase de preparação de instalação/construção, obras não iniciadas, detentor de LAP dentro do seu prazo de vigência.
LAP	6	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, sem LAP com dispensa de LAI, LAI ou AuA.
	7	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, detentor de LAP dentro do seu prazo de vigência, sem LAI.
	8	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, sem LAP ou detentor de LAP vencida, e ainda sem LAI.
	9	Empreendimento em operação, detentor de LAP com seu prazo de vigência vencido.
	10	Empreendimento em fases (cronogramas distintos de implantação e operação) em fase de planejamento.
LAP	11	Empreendimento detentor de LAP dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação do empreendimento ou das atividades licenciadas, que impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.
	12	Empreendimento detentor de LAP dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação do empreendimento ou das atividades licenciadas, que NÃO impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.

LAI	13	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, detentor de LAI dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação das atividades licenciadas, que impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	<p>A LAP para a ampliação deve ser requerida quando a proposta de ampliação/alteração do empreendimento ou atividade se inserir em pelo menos um dos seguintes critérios: Não atender às condicionantes da LAP emitida previamente; Implicar em novos impactos ambientais não previstos anteriormente; ▶ Avançar para fora da área licenciada; Implicar no avanço para uma nova área não prevista no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP; Avançar para área diagnosticada no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP, mas que não tenham sido avaliados os impactos ambientais da ampliação/alteração nessa área. Deve-se requerer ampliação de LAP no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.</p>
			▶ Demais casos que não se encaixem nos critérios anteriormente estabelecidos para uma LAP para ampliação devem requerer pedido de LAI para a ampliação no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
LAI	14	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, detentor de LAI dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração nas instalações e equipamentos das atividades licenciadas que NÃO implique a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	▶ As alterações devem ser informadas ao INIS por meio do protocolo eletrônico para conhecimento e inserção no processo de licenciamento ambiental, sem a necessidade de novo licenciamento ambiental.
	15	Empreendimento em fase de instalação/construção, detentor de LAI dentro do seu prazo de vigência, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento.	▶ Solicitação de prorrogação da LAI, ANTES DO VENCIMENTO, pelo empreendedor via protocolo eletrônico por até 6 anos (validade máx. da LAI), sem custo. O prazo a ser concedido via Ofício deve descontar o período anteriormente concedido. Deve-se inserir o Ofício e atualizar o prazo de validade da LAI no Sinfat, BEM COMO NA PLANILHA ON LINE DE CONTROLE DE LICENÇAS.
LAI	16	Empreendimento em fase de instalação/construção, detentor de LAI ou AuA com prazo de vigência máximo, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento, requisitando renovação com no mínimo 120 dias de antecedência da validade da LAI ou AuA.	▶ Requerimento de renovação de LAI ou AuA no Sinfat Municípios com apresentação de relatório de cumprimento de condicionantes da LAI anterior, e demais documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente
	17	Empreendimento em fase de instalação/construção, obras já iniciadas, detentor de LAI ou AuA vencida ou requisitando renovação com menos de 120 dias de antecedência da validade da LAI, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento.	<p>▶ Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>▶ Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.</p> <p>▶ Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.</p> <p>▶ Requerimento de nova LAI ou AuA no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.</p>
LAI	18	Empreendimento em fase de instalação/construção com obras já iniciadas, detentor de LAI ou AuA, porém em desacordo com as características informadas no processo de licenciamento ou em relação ao conteúdo da LAI ou AuA, que implique a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental	<p>▶ Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>▶ Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.</p> <p>▶ Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.</p> <p>▶ Requerimento de LAP para ampliação, LAI para ampliação ou nova AuA, conforme procedimentos do item 13.</p>
	19	Instalação/construção já concluída, detentor de LAI dentro do seu prazo de vigência ou não, ainda não operando.	▶ Requerimento de LAO no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
LAI	20	Empreendimento detentor de LAI, atividade instalada e em operação sem LAO.	<p>▶ Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>▶ Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.</p> <p>▶ Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.</p> <p>▶ Requerimento de LAO no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN).</p>
	21	Empreendimento em fase de instalação, detentor de LAI vigente, com LAP para ampliação.	<p>Requerimento de nova LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente. A nova LAI substitui a LAI anterior, devendo, portanto, incluir os dados da LAI até então vigente mais os dados da ampliação/alteração.</p> <p>▶ LAI até então vigente mais os dados da ampliação/alteração.</p> <p>Deverá constar como condicionante da licença: "Esta LAI cancela e substitui a anterior (colocar o número da última LAI)". O INIS analisará se o conteúdo da LAI anterior foi cumprido.</p>
LAI	22	Empreendimentos detentores de LAI ou LAI para ampliação, não tendo finalizado todas as obras, requerendo operação de parte das obras finalizadas.	<p>Requerimento de LAO parcial no Sinfat Municípios das obras finalizadas desde que as condicionantes pertinentes das licenças anteriores tenha sido cumpridas, assim como os devidos controles ambientais tenham sido instalados e estejam aptos a operar. A nova LAO englobará o empreendimento existente acrescido das obras finalizadas. A nova LAO substitui a LAO anterior, devendo, portanto, incluir os dados da LAO até então vigente mais os dados da ampliação/alteração finalizada. Deverá constar como condicionante da Licença: "Esta LAO cancela e substitui a anterior (colocar o número da última LAO)". O INIS analisará se o conteúdo da LAO anterior foi cumprido.</p> <p>▶</p>
LAP com dispensa de LAI	23	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI, obras não iniciadas, prazo de validade da licença vencido sem ter protocolado requerimento de sua prorrogação, ou LAP com dispensa de LAI com 6 anos (prazo máximo).	▶ Requerimento de nova LAP com dispensa de LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
	24	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI dentro do seu prazo de vigência, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento.	▶ Solicitação de prorrogação da LAP com dispensa de LAI via protocolo eletrônico por até 6 anos (validade máxima da LAP com dispensa de LAI), sem custo. O prazo a ser concedido via Ofício deve descontar o período anteriormente concedido. Deve-se inserir o Ofício e atualizar o prazo de validade da licença no Sinfat, bem como na planilha de controle de licenças.
LAP com dispensa de LAI	25	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI com prazo de vigência máximo, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento, requisitando renovação com no mínimo 120 dias de antecedência da validade da licença.	▶ Requerimento de renovação de LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
26		Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI com prazo de vigência máximo, obras já iniciadas, requisitando renovação com menos de 120 dias de	<p>▶ Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>▶ Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.</p>

LAP com dispensa de LAI	20	antecedência da validade da licença, necessitando de maior prazo para concluir a instalação do empreendimento.	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	27	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI, obras já iniciadas, licença dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração nas instalações e equipamentos das atividades licenciadas, que NÃO impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Deve ser informado ao INIS por meio do protocolo eletrônico para conhecimento e inserção no processo de licenciamento ambiental, sem a necessidade de novo licenciamento ambiental.	
	28	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI, obras já iniciadas, licença dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação das atividades licenciadas que impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	Requerimento de LAP ou LAP com dispensa de LAI, conforme Instrução Normativa (IN) correspondente, quando a proposta de ampliação/alteração do empreendimento ou atividade se inserir em pelo menos um dos seguintes critérios: Não atender às condicionantes da LAP com dispensa de LAI emitida previamente; Implicar em novos impactos ambientais não previstos anteriormente; Avançar para fora da área licenciada; Implicar no avanço para uma nova área não prevista no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP com dispensa de LAI; Avance para área diagnosticada no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP com dispensa de LAI, mas que não tenham sido avaliados os impactos ambientais da ampliação/alteração nessa área. Aplica-se LAP com dispensa de LAI caso o empreendimento, após a ampliação/alteração, ainda enquadre-se nas hipóteses do § 3º do Art. 36 da Lei Estadual nº 14.675/2009.	
			► Demais casos que não se encaixem nos critérios anteriormente estabelecidos para uma nova LAP com dispensa de LAI devem requerer LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	29	Detentor de LAP com dispensa de LAI, atividade em instalação, licença com seu prazo de vigência vencido.	► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
	30	Empreendimento detentor de LAP com dispensa de LAI, atividade já instalada e em operação sem LAO.	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
			► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
	31	Empreendimento em fase de instalação, com LAP com dispensa de LAI vigente, necessitando operar somente parte do empreendimento que já foi finalizada.	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de LAO no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
LAO ou AuA	32	Empreendimento detentor de LAO ou AuA dentro do seu prazo de vigência, requisitando renovação com antecedência mínima de 120 dias.	Poderá ser emitida LAO parcial desde que as condicionantes da licença anterior tenham sido cumpridas, assim como os devidos controles ambientais tenham sido instalados e estejam aptos a operar. A nova LAO englobará a totalidade do empreendimento finalizado.	
			► Requerimento de renovação de LAO ou AuA no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	33	Empreendimento detentor de LAO dentro do seu prazo de vigência, com Sistema de Gestão Ambiental (SGA) válido, requisitando prorrogação com antecedência mínima de 120 dias.	► Caso se enquadre nos critérios da Lei Estadual 14675/2009 Art.36-A, requerimento de renovação automática de LAO ou AuA no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
			► Requerimento de prorrogação LAO via protocolo eletrônico, anexando certificado válido para o seu SGA emitido por empresa certificadora acreditada por sistema nacional ou internacional.	
	34	Empreendimento detentor de LAO dentro do seu prazo de vigência, requisitando renovação para prazo diferente de 4 (quatro) anos de validade, com antecedência mínima de 120 dias.	► Emissão de Ofício ao empreendedor sobre o deferimento ou indeferimento do pedido conforme art. 36-A do Código Ambiental Estadual. No caso de deferimento, deve-se indicar o novo prazo de validade da LAO, inserir o Ofício e atualizar a validade da LAO na planilha geral e SINFAT.	
			► Apresentar via formulário FCEI preenchido, que se encontra disponível no em https://www.INIS.sc.gov.br/index.php/licenciamento/informacoes-e-procedimentos/manuais , juntamente com justificativa para a redução ou ampliação da validade, não podendo ser maior que 10 (dez) anos.	
	35	Empreendimento detentor de LAO ou AuA com seu prazo de vigência vencido.	► Avaliação do pedido pela gerência que acompanha o licenciamento do empreendimento, considerando a justificativa apresentada e seu desempenho ambiental.	
			►	
			► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
	36	Empreendimento detentor de LAO dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação das atividades licenciadas que impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de nova LAO ou AuA no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente para Renovação de LAO ou AuA.	
			A LAP para a ampliação deve ser requerida quando a proposta de ampliação/alteração do empreendimento ou atividade se inserir em pelo menos um dos seguintes critérios: não atender às condicionantes da LAP emitida previamente; implicar em novos impactos ambientais não previstos anteriormente; avançar para fora da área licenciada; implicar no avanço para uma nova área não prevista no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP; avançar para área diagnosticada no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP, mas que não tenham sido avaliados os impactos ambientais da ampliação/alteração nessa área. Deve-se requerer ampliação de LAP no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
			► Demais casos que não se encaixem nos critérios anteriormente estabelecidos para uma LAP para ampliação devem requerer pedido de LAI para a ampliação no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	37	Empreendimento detentor de LAO dentro do seu prazo de vigência, requisitando alteração/ampliação das atividades licenciadas que NÃO impliquem a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Deve ser informado ao INIS por meio do protocolo eletrônico para conhecimento e inserção no processo de licenciamento ambiental, sem a necessidade de novo licenciamento ambiental.	
	38	Empreendimento em operação, detentor de LAO vigente, com LAP para ampliação.	► Requerimento de LAP ou LAI Amp no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente. A LAO vigente segue sendo renovada normalmente para aquilo que já vinha sendo licenciado, sem considerar as atividades/alterações pertinentes à LAP ou LAI Amp.	
	39	Empreendimento em operação, detentor de LAO vigente, com LAI para ampliação.	► Requerimento de nova LAO, a qual substitui a LAO anterior, devendo, portanto, incluir os dados da LAO até então vigente mais os dados da ampliação/alteração. Deverá constar como condicionante da Licença: "Esta LAO cancela e substitui a anterior (colocar o número da última LAO)". O INIS analisará se o conteúdo da LAO anterior foi cumprido.	
			► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	

LAO ou AuA	40	Empreendimento detentor de LAO vigente, realizando alteração ou ampliação sem o devido licenciamento que implique na alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► A LAP para a ampliação ou LAP com dispensa de LAI deve ser requerida quando a proposta de ampliação/alteração do empreendimento ou atividade se inserir em pelo menos um dos seguintes critérios: não atender às condicionantes da LAP ou LAP com dispensa de LAI emitida previamente; implicar em novos impactos ambientais não previstos anteriormente; avançar para fora da área licenciada; implicar no avanço para uma nova área não prevista no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP ou LAP com dispensa de LAI; avançar para área diagnosticada no estudo ambiental protocolado no pedido de LAP ou LAP com dispensa de LAI, mas que não tenham sido avaliados os impactos ambientais da ampliação/alteração nessa área. Deve-se requerer ampliação de LAP ou LAP com dispensa de LAI no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
			► Demais casos que não se encaixem nos critérios anteriormente estabelecidos para uma LAP para ampliação ou LAP com dispensa de LAI devem requerer pedido de LAI para a ampliação no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
LAO ou AuA	41	Empreendimento detentor de AuA vigente, realizando alteração ou ampliação sem o devido licenciamento que implique na alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
			► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
	42	Empreendimento detentor de LAO ou AuA vigente, porém operando ou instalado em desacordo com as características informadas no processo de licenciamento ou em relação ao conteúdo da LAO ou AuA, que implique a alteração dos critérios estabelecidos no licenciamento ambiental.	► Requerimento de nova AuA no Sinfat Municípios abrangendo as novas características do empreendimento. A nova AuA substitui a AuA anterior, devendo, portanto, incluir também os dados da AuA até então vigente. Deverá constar na nova AuA: "Esta AuA cancela e substitui a anterior (colocar o número da última AuA)". O INIS analisará se o conteúdo da AuA anterior foi cumprida.	
			► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
			► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
	43	Empreendimento detentor de AuA, planejando ampliação (o somatório dos parâmetros de enquadramento não atinge o porte mínimo para o licenciamento trifásico).	► Requerimento de LAO Corretiva ou nova AuA no Sinfat Municípios, quando couber, abrangendo as novas características do empreendimento, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	44	Empreendimento detentor de AuA, planejando ampliação (o somatório dos parâmetros de enquadramento atinge o porte mínimo para o licenciamento trifásico).	► Requerimento de nova AuA no SinFAT, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	A	45	Empreendimento detentor de AuA, realizando ampliação (o somatório dos parâmetros de enquadramento excedem os critérios definidos para licenciamento simplificado via AuA).	► Requerimento de LAP ou LAP com dispensa de LAI no Sinfat Municípios abrangendo todo o empreendimento (objeto da AuA atual acrescido da ampliação) com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
				► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.
► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.				
46		Empreendimento detentor de AuA, implantado ou em operação após ampliação (o somatório dos parâmetros de enquadramento excedem os critérios definidos para licenciamento simplificado via AuA).	► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de LAP ou LAP com dispensa de LAI no Sinfat Municípios abrangendo todo o empreendimento (objeto da AuA e da ampliação) com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
LAO Corretiva	47	Atividade já instalada ou em operação sem qualquer licença (LAP, LAI ou LAO) ou AuA.	► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Obs: Conforme a Portaria FAMAi/INIS 05/2018, Art. 1º, "Não deverá ser autuado aquele que requer a LAO Corretiva ou AuA, desde que seja feita de forma espontânea, ou seja, que não dependa de fiscalização prévia que motive a iniciativa de regularização."	
			► Aplicar Termo de Embargo para paralisação das obras, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.	
			► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.	
			► Requerimento de LAO corretiva (quando licenciamento trifásico) ou AuA no Sinfat Municípios, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
	48	Empreendimento sujeito a LAO corretiva ou Renovação de LAO, em fase de análise, necessitando de instalação de controle ambiental de baixa complexidade.	► Proposição da instalação gradativa dos controles ambientais mediante cronograma a ser apresentado ao INIS. Análise da proposição pela equipe técnica do INIS. Caso não haja dano ambiental relevante na instalação gradativa dos controles, a equipe técnica poderá condicionar na licença a instalação dos controles ambientais nos prazos preestabelecidos.	
L	49	Empreendimento sujeito a LAO corretiva ou Renovação de LAO, em fase de análise, necessitando de instalação de controle ambiental de alta complexidade.	► Proposição da instalação posterior dos controles ambientais mediante cronograma a ser apresentado ao INIS. Análise da concepção dos controles pela equipe técnica do INIS. Caso não haja dano ambiental relevante na instalação posterior dos controles, a equipe técnica poderá condicionar na LAO um requerimento de LAI no Sinfat Municípios para a instalação dos controles ambientais nos prazos preestabelecidos.	
	50	Formalizado pedido de AuA, LAP, LAI, LAP/LAI ou LAO, e atividade sujeita a LAC.	► Empreendedor pode solicitar a LAC a qualquer momento. Quando o empreendedor optar pela LAC, automaticamente o processo trifásico será arquivado.	
	51	Atividade com LAC vigente, planejando ampliação/alteração do empreendimento que implique em alteração dos critérios estabelecidos na LAC.	► Uma nova LAC deverá ser requerida quando a proposta de ampliação/alteração do empreendimento ou atividade se inserir em pelo menos um dos seguintes critérios: cancelamento do documento de responsabilidade técnica, sem comunicação e substituição ao INIS; não atender às condicionantes da LAC emitida previamente; implicar em novos impactos ambientais não previstos anteriormente; avançar para fora da área diagnosticada e licenciada anteriormente; implicar em alteração das condições de emissões atmosféricas, emissão de efluentes ou geração de resíduos. Deve-se requerer a nova LAC no Sinfat Municípios com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.	
LAC	52	Atividade com LAC vigente, solicitando modificações que não impliquem em ampliação do empreendimento, mas impliquem em alteração do Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE).	► As modificações deverão ser informadas ao INIS pelo Sinfat Municípios, na opção de "Condicionantes Ambientais". Caso não seja possível, via plataforma Aprova Digital. Para que o RCE seja atualizado no sistema.	
	53	Ampliação ou alteração do empreendimento onde não são mais atendidos os pré-requisitos para licenciamento via LAC.	► Requerimento de licenciamento trifásico no Sinfat Municípios.	

LAC	54	Empreendimento com LAC vencida, não tendo sido solicitada renovação no prazo de validade da mesma.	<p>► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>► Aplicar Termo de Embargo, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental. Os efeitos do embargo são suspensos com a emissão da licença.</p> <p>► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.</p> <p>► Requerimento de nova LAC no Sinfat Municípios.</p>
	55	Empreendimento com LAC válida, próximo da data de vencimento.	► Requerimento de renovação LAC no Sinfat Municípios.
	56	Pedido de baixa/cancelamento de documento de responsabilidade técnica de empreendimento licenciado por LAC.	► Caso o novo documento não tenha sido apresentado, notificação para apresentação em 20 dias. Se não apresentado no prazo, suspensão da LAC.
	57	LAC avicultura – ampliação do empreendimento que implique a alteração de suas atividades (como, por exemplo, aumento do número de cabeças ou ampliação das estruturas).	► Requerimento de nova LAC no Sinfat Municípios.
	58	LAC antenas - substituição de poste ou torre.	► Protocolo eletrônico via informando ao INIS a respectiva LAC objeto de alteração e sua data de validade.
Vegetação e fauna	59	LAC suinocultura - inclusão ou exclusão de termos de cedência de áreas para aplicação de dejetos suínos.	► As modificações deverão ser informadas ao INIS pelo Sinfat Municípios, na opção de "Condicionantes Ambientais". Caso não seja possível, via plataforma Aprova Digital. Para que o RCE seja atualizado no sistema.
	60	Atividade sujeita ao licenciamento ambiental, com necessidade de supressão de vegetação para futura instalação do empreendimento.	► Requerimento de AuC (Autorização de Corte) no Sistema on-line com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente. A AuC será expedida conjuntamente com a LAP com dispensa de LAI, LAI ou AuA da atividade. Na fase de LAP, deve ser apresentado o levantamento fitossociológico e inventário florestal conjuntamente com o estudo ambiental.
	61	Atividade não sujeita ao licenciamento ambiental, com necessidade de supressão de vegetação ainda não iniciada.	► Requerimento de AuC (Autorização de Corte), com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
	62	Necessidade de supressão de vegetação, já iniciada e sem autorização de corte (AuC).	<p>► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>► Aplicar Termo de Apreensão e Depósito dos produtos florestais e Termo de Embargo, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>► Requerimento de AuC no Sistem on line, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.</p> <p>► A área já desmatada não recebe AuC e, se couber, deve ser recuperada mediante requerimento junto ao INIS.</p>
	63	Necessidade de maior prazo para a conclusão de supressão de vegetação já iniciada, com autorização de corte (AuC) dentro do prazo de vigência e vinculada a processo de licenciamento.	► Pedido de prorrogação da AuC via protocolo eletrônico , cabendo os prazos máximos previstos na Lei Estadual nº 14.675/2009. Será emitido Ofício de prorrogação da AuC, devendo este ser anexado à AuC e solicitado o registro da nova data validade no banco de dados.
Vegetação e fauna	64	Necessidade de maior prazo para a conclusão da supressão de vegetação já iniciada e autorizada, com autorização de corte (AuC) dentro do prazo de vigência e não vinculada a processo de licenciamento ou vinculada a processo de AuA.	► Pedido de prorrogação da AuC via protocolo eletrônico , cabendo o prazo máximo na Lei Estadual nº 14.675/2009. Será emitido Ofício de prorrogação da AuC, devendo este ser anexado no SinFAT e solicitado o registro da nova data validade no banco de dados.
	65	Necessidade de maior prazo para conclusão de supressão de vegetação, porém com prazo máximo de vigência da autorização de corte (AuC) vencida	► Requerimento de nova AuC no Sistyema on line relativa à área a ser suprimida, apresentando documentação e estudos atualizados conforme Instrução Normativa (IN) correspondente.
	66	Supressão de vegetação finalizada sem a devida autorização de corte (AuC).	<p>► Aplicar Notificação ou Auto de Infração Ambiental, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>► Aplicar Termo de Apreensão e Depósito dos produtos florestais e Termo de Embargo, se couber, conforme legislação e normativas relativas à fiscalização ambiental.</p> <p>► Informar número do AIA ao Ministério Público Estadual.</p> <p>► A área já desmatada não recebe AuC e, se couber, deve ser recuperada mediante requerimento junto ao órgão (processo de revegetação - RVG).</p>
	67	Casos de necessidade de supressão de vegetação em empreendimentos com atividade de mineração quando couber enquadramento no art. 32 da Lei Federal nº 11.428/2006.	► O interessado deverá preencher e assinar formulários (FCEI) específicos para mineração e supressão, conforme modelos disponíveis. O empreendimento será sujeito a estudo nível EIA/RIMA.
	68	Casos de necessidade de supressão de vegetação previstos na Lei Federal nº 11.428/2006 de empreendimentos licenciáveis enquadrados como de utilidade pública.	<p>► Para vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração, o empreendimento será sujeito a estudo nível EIA/RIMA (ver item 2 desta matriz)</p> <p>► Para vegetação primária e secundária em estágio avançado de regeneração, requerimento de AuC no Sistema On line, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.</p>
Vegetação e fauna	69	Supressão de vegetação exótica em Áreas de Preservação Permanente.	► Atividade dispensada de licenciamento pelo Art. 255 da Lei 14.675/2009, porém, nos termos da lei "condicionada à posterior recuperação ambiental das áreas não consideradas consolidadas" e "devendo o processo ser conduzido por técnico habilitado".
	70	Necessidade de realocação, readequação ou retificação de Reserva Legal.	► Requerimento pela plataforma digital, contendo nova área proposta, caracterização da área e motivação para realocação.
	71	Transporte de material lenhoso (até 20 m³) nos termos do art. 2º do Decreto Federal nº 6.660/2008.	► Deve ser apresentado via protocolo eletrônico : requerimento de transporte e declaração de pequeno produtor rural preenchidos e assinados; cópia dos documentos RG, CPF e CAR. Além disso, deverão ser observados os requisitos e restrições constantes nos Art. 2º e 3º do Decreto Federal nº 6.660/2008. Caso procedente, o INIS autorizará o transporte com a assinatura do Termo de Transporte.
	72	Aproveitamento de material lenhoso derrubado por ação da natureza.	► Requerimento de AuC (Autorização de Corte), com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.
	73	Atividade on-line: a vegetação montecana, danificada, ou que coloque em risco o patrimônio e/ou a vida, em razão de severos fenômenos climáticos ocorridos com repercussão difundida e confirmada por órgãos públicos (art. 38 da Lei Estadual nº 14.675/2009).	<p>► Caso necessário o transporte para beneficiamento do material lenhoso: deve-se seguir o disposto na Resolução Consema nº 173/2020 ou aquela que a suceder. Deve-se proceder com protocolo eletrônico da documentação disposta no art. 6º da Resolução Consema nº 173/2020.</p> <p>► Caso de aproveitamento do material lenhoso na propriedade sem necessidade de transporte: o proprietário deve redigir uma auto declaração, contendo descritivo do ocorrido, situação da vegetação e do local no entorno e registro fotográfico, visando possibilitar a posterior fiscalização para efetiva comprovação da necessidade da retirada da vegetação avariada. Não há necessidade de protocolo no INIS.</p>
ação e fauna	74	Necessidade de levantamento, salvamento, monitoramento ou manejo/controle de fauna silvestre com vistas à realização de estudos e procedimentos/atividades sujeitos ao licenciamento ambiental.	► Requerimento de AuA ou LAC pelo Sinfat Municípios, conforme Instrução Normativa (IN) 62 do INIS
	75	Necessidade de recuperação da vegetação nativa proveniente de Autos de Infração lavrados.	► Requerimento no Sistema On Line de Parecer Técnico para PRAD documentos conforme a IN INIS 125.
	76	Necessidade de reposição florestal para utilização de matéria-prima florestal ou autorização para supressão de vegetação nativa.	► Requerimento de AuA pelo Sinfat Municípios (campo Exploração Florestal, item Reposição Florestal), conforme Instrução Normativa (IN) 46 do INIS.
	77	Necessidade de poda de vegetação.	► Não é necessária manifestação do INIS para realização de podas. Recomenda-se consulta à ABNT NBR 16246-1 a qual estabelece procedimentos de poda e à Prefeitura quanto a eventual aplicação de legislação municipal. Caso tratar-se de Área de Preservação Permanente, observar o item 1 do Anexo Único da Resolução CONSEMA 128/2019.
	78	Empreendimento licenciável sujeito a procedimento de revegetação.	► A análise dos procedimentos de revegetação deve ser feita no âmbito do processo de licenciamento do empreendimento. Não deve ser aberto um processo em separado.

teração de código ou descrição da atividade	79	Necessidade de troca de código de atividade ou seu porte no decorrer do processo de licenciamento ambiental.	► A equipe técnica do INIS deve enviar Ofício de Complementação ao requerente. O mesmo deverá abrir novo requerimento no Sinfat Municípios, com o correto enquadramento. Caso necessário nova taxa, encaminhar email ao Diretor de Licenciamento - DLFA e/ou à Diretoria de Licenciamento - licenciamentoambiental@itajai.sc.gov.br, para autorização de eventual abatimento de valor já quitado, ou aproveitamento integral de Taxa.
	80	Atividade apenas com a descrição alterada na atualização da Resolução CONSEMA nº 250/2024 e empreendedor solicitando renovação ou ampliação.	► O empreendedor deve solicitar pedido de licenciamento no mesmo código (aquele já existente na última licença). Na documentação, deve apresentar a descrição e código a serem atualizados. A equipe técnica do INIS deve enviar Informação Técnica à equipe do Sinfat municípios indicando a troca de código/porte/valor do parâmetro técnico.Caso necessário nova taxa, encaminhar email ao Diretor de Licenciamento - DLFA, para autorização de eventual abatimento de valor já quitado, ou aproveitamento integral de Taxa.
	81	Empreendimento com atividade principal com o número do código alterado na atualização da Resolução CONSEMA nº 250/2024 e empreendedor solicitando renovação ou ampliação.	► O empreendedor deve solicitar ao INIS pedido de adequação do sistema, via email, à Diretoria de Licenciamento - licenciamentoambiental@itajai.sc.gov.br. Na documentação, deve apresentar a descrição e código a serem atualizados. A equipe técnica do INIS deve enviar Informação Técnica à equipe do Sinfat municípios indicando a troca de código/porte/valor do parâmetro técnico.
	82	Empreendimento com atividade em que o código foi excluído na atualização da Resolução CONSEMA nº 250/2024 e não mais sujeito ao licenciamento ambiental.	► Requerimento de Declaração de Atividade não Constante (DANC) no Sinfat Municípios (facultativo).
	83	Empreendimento licenciado para uma atividade e na renovação da licença solicitou para atividade de diferente grupo conforme Resolução CONSEMA 250/2024 (Instalado e opere de modo semelhante ao que foi até então licenciado, sem implicar em novos impactos ambientais).	► Efetuar requerimento via sistema on line, com a descrição da adwuação necessária, para manifestação da DLFA. Caso deferido, anexar ao processo original.
Recurso e alteração de licença	84	Troca/alteração de titularidade do processo de licenciamento ambiental.	► Solicitação de troca pelo empreendedor via protocolo eletrônico , apresentando documentação e requerimento preenchido e assinado . Emitir Ofício informando da troca de titularidade. Anexar o Ofício no processo de licenciamento no SinFAT.
	85	Recurso administrativo frente a deferimento ou indeferimento de pedido de licenciamento dentro dos 20 dias de prazo.	► A interposição de recurso administrativo ambiental frente ao deferimento ou indeferimento será via Sinfat Municípios (Menu "Enviar Recurso")
			1. Notificação da Decisão: Cópia do comprovante de recebimento, devidamente datado, pelo recorrente ou representante legal, da ciência do conteúdo da decisão administrativa ambiental (deferimento ou indeferimento);
			2. Razões do Recurso: Cópia das alegações e pedido de reforma da decisão administrativa, pelo recorrente;
			3. Anexos: Todos os documentos, de qualquer natureza, juntados facultativamente pelo recorrente, no recurso.
	86	Recurso administrativo frente a indeferimento de pedido de licenciamento fora dos 20 dias de prazo.	► Recurso intempestivo.
Loteamentos e condomínios	87	Recurso/solicitação de alteração no conteúdo da licença expedida, dentro do prazo de 30 dias para recurso.	► A interposição de recurso administrativo ambiental frente ao deferimento ou indeferimento será via Sinfat Municípios (Menu "Enviar Recurso"), para posterior decisão pela DLFA. Apresentar os seguintes documentos:
			1. Notificação da Decisão: Cópia do comprovante de recebimento, devidamente datado, pelo recorrente ou representante legal, da ciência do conteúdo da decisão administrativa ambiental;
			2. Razões do Recurso: Cópia das alegações e pedido de reforma da decisão administrativa, pelo recorrente;
			3. Anexos: Todos os documentos, de qualquer natureza, juntados facultativamente pelo recorrente, no recurso.
	88	Solicitação de alteração no conteúdo textual da licença expedida (erro material), fora do prazo de 30 dias para recurso.	► Solicitação da alteração com justificativa via protocolo eletrônico . ► Caso, após análise técnica, seja constatado o erro por parte do INIS, será emitido Ofício complementar à licença ambiental com a devida correção. O Ofício deve ser anexado no processo no Sinfat.
o porte m	89	Loteamento detentor de LAO, com ETE instalada, solicitando renovação em nome de outro titular. Casos previstos conforme Art. 19 da Resolução CONSEMA nº 250/2024.	► Solicitação de novo pedido de licenciamento junto ao órgão competente. Caso seja no INIS, abertura de FCEI no SinFAT apresentando:
			1. Requerimento de renovação de LAO preenchido pelo interessado (titular ou concessionária) justificando o motivo da abertura do sistema;
			2. Contrato de Cedência entre o titular do loteamento e o interessado a assumir a ETE. O contrato deverá estar assinado por ambos interessados e registrado em cartório;
			3. Cartão CNPJ do cedente e do cessionário;
			4. FCEI preenchido com os dados do novo interessado e com o código da atividade 34.31.11
			► Protocolar a documentação anterior via e solicitar encaminhamento para o setor responsável pelo processo de licenciamento do loteamento indicando "Abertura de FCEI de ETE de processo de loteamento". ► Caso seja requerida inclusão da ETE na licença existente do sistema público de coleta e tratamento de esgoto pela concessionária, essa inclusão pode ser feita no momento de renovação da LAO do sistema público. Antes disso, mantém-se a LAO da ETE do loteamento.
o porte m	90	Loteamento ou condomínio em área atendida por sistema de coleta e tratamento de esgoto e com plano diretor de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001.	► Trata-se de atividade não sujeita ao licenciamento ambiental, podendo o empreendedor, facultativamente, requerer Declaração de Atividade Não Constante (DANC). Não é considerada área atendida por sistema de coleta e tratamento de esgoto aquela em que é necessário instalar dispositivos componentes de tal sistema na área (por exemplo, coletores tronco, poços de visita, estações elevatórias, emissários, etc.). Ou seja, mesmo que haja previsão futura de instalação e operação do sistema de coleta e tratamento de esgoto na área, o sistema já deve estar instalado na área objeto do condomínio ou parcelamento.
	91	Atividade com porte abaixo do mínimo definido pelo CONSEMA, em que não há previsão de emissão de AuA.	► Requerimento de Certidão de Conformidade Ambiental, facultativo. (Lei Estadual 14675/2009).
	92	Atividade com porte abaixo do mínimo definido pelo CONSEMA, sujeita a licenciamento por meio de AuA.	► Requerimento de AuA no Sinfat Municípios, com apresentação da documentação exigida na Instrução Normativa (IN) correspondente.

